

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Carla Santana

**PROJETO DE EXTENSÃO FALADEIRAS: análise da formação para atenção à  
mulher vítima de violência**

Florianópolis,  
2020

Carla Santana

**PROJETO DE EXTENSÃO FALADEIRAS: análise da formação para atenção à  
mulher vítima de violência**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em  
Serviço Social do Centro Socioeconômico da  
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito  
para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social  
Orientador: Prof. Maria Regina de Ávila Moreira, Dra.

Florianópolis,

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da  
Biblioteca Universitária da UFSC.

Santana, Carla  
PROJETO DE EXTENSÃO FALADEIRAS: análise da formação  
para atenção à mulher vítima de violência / Carla  
Santana ;  
orientador, Prof. Maria Regina, Dra. de Ávila Moreira,  
2020.  
57 p.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,  
2020.  
Inclui referências.  
1. Serviço Social. 2. Projeto Faladeiras. 3. Extensão.  
4. Serviço Social. I. de Ávila Moreira, Prof. Maria  
Regina, Dra.. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina.  
Graduação em Serviço Social. III.  
Título.

Carla Santana

**PROJETO DE EXTENSÃO FALADEIRAS: análise da formação para atenção à  
mulher vítima de violência**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de  
“Bacharel” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Local, 16 de dezembro de 2020.

---

Profa. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni.  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**



Documento assinado digitalmente  
Maria Regina de Avila Moreira  
Data: 27/12/2020 09:43:34-0300  
CPF: 781.501.917-04

---

Profa. Dra. Maria Regina de Avila Moreira  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente  
Maria Teresa dos Santos  
Data: 23/12/2020 18:28:03-0300  
CPF: 044.459.218-07

---

Dra. Maria Teresa dos Santos  
Avaliadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente  
Maria Cecilia Olivio  
Data: 22/12/2020 09:05:58-0300  
CPF: 070.107.219-98

---

Maria Cecilia Olivio  
Avaliadora  
Assistente Social

Este trabalho é dedicado as FALADEIRAS, em especial a Maria Regina, que é inspiração. Dedico também a todas as mulheres: as trabalhadoras, as estudantes, as mães e as militantes, bem como a aquelas que são várias em uma. Vocês são incríveis!

## AGRADECIMENTOS

Enfim cheguei ao final do curso e foi muito, mas muito difícil chegar até aqui se não fossem algumas pessoas que deixaram esse caminho mais leve...

Primeiramente agradecer a minha orientadora Maria Regina que teve toda paciência do mundo, mais que isso, acolheu-me em um dos momentos mais importantes do curso e também o mais difícil, além desse caos que estamos vivendo em 2020, a pandemia. Sem ela nada disso seria possível. Que honra Regina poder partilhar com você essa etapa da minha vida. Obrigada por traduzir em palavras coisas que nem eu sabia dizer, por me incentivar e estar sempre atenta aos detalhes, sempre junto. Você e todo mundo que me conhece sabe o quanto fazer estágio no Faladeiras mudou minha vida, a acadêmica e pessoal. Foi incrível fazer parte desse projeto e desse grupo de mulheres tão maravilhosas. Agradecer também a minha parceira de estágio Gabriela que me deu força, chorou e riu comigo. Ensinou-me tanto, obrigada por partilhar a vida comigo. A Débora que tem esse dom da diplomacia, que ensina e inspira tanto e que também partilhou tantos momentos. A Ciça que tem essa energia surreal, inteligente e queridíssima, sempre disposta a ajudar. E a Cynthia mulher de presença forte, justa e com uma empatia que transborda.

Agradecer minha família que foi meu alicerce, minha filha Maria Eduarda que mesmo tão nova enxugou minhas lágrimas e me abraçou quando precisei de colo, esse trabalho também é por você minha luz. Ao meu companheiro Eduardo que se manteve firme nesse semestre atípico, que me apoiou e me deu forças para manter o foco. Não poderia escolher outra pessoa para compartilhar a vida que não fosse você. A minha tia Osmarina mulher trabalhadora que me ensinou que o estudo ninguém tira da gente, que com calma recebia minhas ligações aos prantos e me consolava, que sempre me deu colo e apoio. Foi minha maior incentivadora para entrar no curso. As minhas irmãs Lorrana, Pâmela, Tábata e Sabrina que nessa pandemia e isolamento foram meu alívio diário.

As amigas que a UFSC me deu: Bruna, Isabela e Angelita. Obrigada por fazerem parte dessa caminhada, pelo apoio, pelos conselhos, pelos encontros e festas. Em especial a Bruna, amiga que está comigo desde 2013.1 e que está firme na batalha para conseguir concluir o curso. Você por muitas vezes foi meu ombro amigo em meio às incertezas e medos. E eu sempre estarei ao seu lado “monsxtra”.

A Sandréia que se tornou uma amiga tão querida e especial, minha terapeuta diária. Cresci tanto com você, com esse teu jeito prático de ver algumas situações, mas que ao mesmo tempo têm tanta luz e empatia. Que alegria esse nosso encontro, essa nossa sintonia.

A minha querida psicóloga Renée que me ajudou nesse processo de culpa por não conseguir fazer tudo ao mesmo tempo, como se isso fosse possível. Fez-me ver minha evolução e aceitar que tudo faz parte do nosso processo interno. Obrigada!

As colegas Aline, Simone e Franciele que foram conforto nesse último semestre, que encontro incrível, nós quatro na mesma etapa do curso, sofrendo pelas incertezas e medos desse trabalho. Vocês fizeram toda diferença nesse momento.

*[...] A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição; As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil (PATEMAN, 1993).*

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo sistematizar a experiência do projeto de extensão Faladeiras e, assim, contribuir para o debate sobre a extensão na universidade pública e a formação para atenção à mulher vítima de violência. Far-se-á a contextualização da Extensão no Brasil com base em dados históricos para melhor entendimento de como surgiu e como se mantém. A contextualização do Faladeiras, um projeto feminista na Universidade Federal de Santa Catarina, com apresentação de dados de cada edição com foco na edição de 2019. E por fim, a partir dos dados apresentados, será feita uma discussão acerca da dificuldade de se fazer extensão universitária a partir da experiência da edição de 2019 do projeto de extensão Faladeiras sobre a formação de agentes que atendem mulheres vítimas de violência.

**Palavras-chave:** Projeto Faladeiras. Extensão. Serviço Social.

## **ABSTRACT**

This course conclusion work aims to systematize the experience of the Faladeiras extension project and, thus, contribute to the debate about extension at the public university and the training for the care of women victims of violence. We will contextualize the Extension in Brazil with historical data for a better understanding of how it emerged and how it is maintained. The contextualization of Faladeiras, a feminist project at the Federal University of Santa Catarina, with presentation of data from each edition with a focus on the 2019 edition. And finally, from the data presented, we will have a discussion about the difficulty of doing university extension from the experience of the 2019 edition of the Faladeiras extension project on the training of agents who assist women victims of violence.

**Keywords:** Faladeiras Project. Extension. Social service.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Imagem 1 – Dinâmica sobre a rede de atendimento.....	41
---	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Módulos e conteúdos do curso de formação edição 2019.....	40
Quadro 2 - Respostas das participantes.....	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CSE - Centro Socioeconômico

DSS - Departamento de Serviço Social

EAD - Ensino à Distância

IES - Instituições de Ensino Superior

IFES - Institutos Federais de Ensino Superior

NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

OS – Organizações Sociais

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SIGPEX - Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL 20	
2. CONTEXTUALIZAÇÃO FALADEIRAS: um projeto feminista na Universidade Federal De Santa Catarina .....	27
2.1. Edição 2017 - "FALADEIRAS: formação para mulheres de comunidades populares” 29	
2.1.1. A violência doméstica como centralidade do projeto faladeiras .....	31
2.2. Edição 2018 "FALADEIRAS: formação para mulheres de comunidades populares" 34	
2.3. Edição 2019 “Faladeiras: formação e qualificação de agentes públicos e comunitários para a atenção e atendimento às demandas das mulheres” .....	35
3. A IDENTIDADE FORMATIVA DO PROJETO FALADEIRAS .....	37
3.1. Avaliação Qualitativa do Projeto.....	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
REFERÊNCIAS .....	54



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo sistematizar a experiência do projeto de extensão Faladeiras e, assim, contribuir para o debate sobre a extensão na universidade pública e a formação para atenção à mulher vítima de violência.

O trabalho “PROJETO DE EXTENSÃO FALADEIRAS: análise da formação para atenção à mulher vítima de violência” surgiu da avaliação da experiência vivida ao decorrer do ano de 2019 com o estágio obrigatório, que foi realizado no Projeto de Extensão Faladeiras, coordenado pela Dra. Maria Regina de Ávila Moreira. Especialmente pela necessidade de registrar o desenvolvimento do projeto até o momento em que se define sua identidade para o caráter formativo junto à agentes públicos e comunitários que atendem e/ou acompanham mulheres vítimas de violência. O projeto está vinculado ao Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), caracterizado como um núcleo de pesquisa e extensão universitária, pertencente ao Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O núcleo atualmente é coordenado pela Dra. Maria Teresa dos Santos. O Projeto Faladeiras realiza suas atividades com o intuito de fortalecer a luta feminista disseminando informação a respeito dos direitos das mulheres da classe trabalhadora, a partir da extensão.

Como discente, acredito ser a última ou uma das últimas, que ingressou no curso ainda no currículo 1999.1, que tinha como obrigatoriedade o estágio em dois semestres e não em três como o currículo atual, bem como a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que no meu currículo é ofertada apenas em um semestre na oitava fase, diferente do currículo atual onde a disciplina é ofertada em dois períodos: na oitava e nona fase. Após trancar o curso por quatro semestres, retornei à UFSC me sentindo um “peixe fora d’água”, sem os colegas conhecidos, perda da rotina de estudos e com uma nova realidade, a maternidade. Como consegui manter o currículo antigo, 1999.1, quando cheguei à fase do estágio, as tarefas que seriam feitas em três fases, cada uma com um trabalho final (plano de estágio, projeto de intervenção e relatório final de estágio) foram feitas em duas fases acumulando os trabalhos: projeto e intervenção e o relatório final de estágio.

O meu projeto de intervenção teve como objeto de pesquisa a violência contra mulher e a importância da qualificação de profissionais para atender essa demanda a partir do curso de formação na edição de 2019 do projeto de extensão Faladeiras. Com a participação no Faladeiras, contribuí para qualificação da atuação profissional no atendimento às situações

de violência contra mulheres, por meio da construção e participação em todo projeto de formação para agentes públicos que atendem mulheres vítimas de violência no Sul da ilha do município de Florianópolis. No que tange o projeto de intervenção, o módulo em foco foi “Os serviços que compõem a rede de atendimento no município” cabendo à responsabilidade integral no mapeamento da rede de atendimento à mulher vítima de violência no município e apresentação da rede no curso de formação. Nesse processo de participação do projeto Faladeiras foi possível perceber o quanto é difícil fazer a extensão, além do desafio de atingir o público-alvo. Durante esses três anos de extensão, o projeto Faladeiras se reformulou a cada edição para atender as demandas trazidas pelas participantes. As razões estão em estreita relação com as avaliações realizadas pelas participantes a cada ano, fortalecendo assim a metodologia proposta de permanente análise e horizontalidade da execução do projeto. “Tanto assim, que o projeto em sua formulação original desloca do objetivo em contribuir para a organização das mulheres pelo direito à cidade para atuar na qualificação de agentes públicas e comunitárias para o atendimento a mulheres vítimas de violência” (MOREIRA *et al.*, 2020, p. 176).

A metodologia para construção desse trabalho teve como embasamento a pesquisa de abordagem qualitativa buscando compreender e analisar os dados acerca da extensão universitária e da formação para atenção à mulher vítima de violência com a experiência vivida no campo de estágio. Realizou-se também a organização dos registros e relatórios do Faladeiras e de pesquisa bibliográfica sobre o tema, violência contra mulher e extensão universitária, bem como a aplicação de um questionário de caráter qualitativo, enviado às doze participantes do curso de formação, no qual seis responderam ao convite. No questionário foram elaboradas questões relacionadas ao atendimento à mulher vítima de violência e também questões sobre as contribuições do Projeto Faladeiras para os atendimentos.

Com base no significado de pesquisa qualitativa para Minayo (2007, p. 21) temos que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Assim, além de dar um tratamento analítico aos relatórios e produções, buscou-se trazer as avaliações do projeto não somente a partir das respostas, mas também levantando algumas possibilidades que expliquem as observações exauridas.

Com relação a estrutura do trabalho, sua divisão ocorre em três capítulos. O primeiro contextualiza a extensão na educação superior no Brasil. O capítulo dois será dedicado à contextualização do Projeto Faladeiras e nos subitens abordar-se-á sobre cada edição. Por fim será relatado no capítulo três como surgiu a identidade formativa do Projeto Faladeiras.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O capítulo busca situar como a extensão vem se organizando no Brasil, especialmente pós Constituição de 1988. Isso é importante para que possamos avaliar os limites e possibilidades de a Universidade, de fato, cumprir a função social a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão. Igualmente contribui para apreender as lacunas e avanços do próprio projeto em análise neste trabalho.

De todo o modo, busca-se entender o início da extensão no Brasil, Incrocci e Andrade (2018, p. 192) indicam que:

[...] a extensão começou a tomar forma no Brasil durante a década de 1930, com a participação de três atores principais: os discentes, por meio do movimento estudantil, do Estado – representado pelo MEC– e das IES. Consolida-se com a promulgação do Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras e o Decreto nº 19.851/31, art. 42 (BRASIL, 1931), no qual se lê que “a extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário”.

Nessa perspectiva a extensão universitária tinha por finalidade ser útil para atender as demandas da comunidade. Tratou-se de uma modificação com significativa importância do movimento estudantil por meio de ações efetivadas, entre elas, seminários voltados a discutir a transformação social que abrangesse verdadeiramente as reformas estruturais da sociedade. Com isso iniciou—se uma reflexão pensando em universidades menos elitizadas e de portas abertas, o que motivou a participação de vários segmentos de movimentos sociais nesse processo.

No período da ditadura militar (1964/1985), algumas reformas foram realizadas na área da educação, dentre elas se destaca a Lei da Reforma Universitária, que estabeleceu que “as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1968. Art. 20), instituindo a extensão universitária.

Conforme Assumpção e Stracini (2016, p. 05):

[...] esta movimentação dos jovens universitários, pouco contribuiu para a institucionalização da Extensão Universitária. Porém, com a instalação da ditadura militar foi promovida uma série de reformas, inclusive no âmbito da educação, bem como criação de projetos que propiciaram aos universitários brasileiros, experiências junto a comunidades rurais e a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68).

Assim,

O vínculo entre a extensão e os movimentos sociais, iniciado em 1930, bem como o processo de abertura da universidade perderam força durante o período ditatorial do país, momento em que, sob influência do cenário internacional, a relação entre a universidade e o Estado passa por nova movimentação, descrita por Rigolin (2013) como “o período da ênfase na política de inovação”. Este representa um período de inovação em resposta às mudanças produtivas e econômicas no plano internacional, mudanças impulsionadas pelo setor privado e seu viés competitivo. As críticas nesse ponto eram ao caráter linear e ofertante da política de ciência e tecnologia (C&T). (INCROCCI; ANDRADE, 2018, p.193-194).

De acordo com Assumpção e Stracini (2016) a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB em 1986 e do Plano Nacional de Extensão em 1987, possibilitou a existência de diretrizes de políticas nacionais para que a formação acadêmica seja um processo em que o ensino vá além dos saberes específicos e técnico-científicos, somando também em saberes e vivências que constituem o sujeito inserido em determinada realidade.

Em que pese esses avanços há que se reconhecer o caráter sempre secundário da extensão, aprofundado a partir do desmonte e os ataques que a educação, principalmente a superior, vem sofrendo com as contrarreformas do Estado desde a constituição de 1988. A educação superior tem assumido cada vez mais características de mercadoria, como moeda de troca, o estado se abstém do seu papel de fornecer educação superior pública de qualidade a todos, facilitando a implantação de instituições de ensino superior privadas, em prol de interesses capitalistas.

A Constituição de 1988, com seu caráter híbrido e ambíguo, manteve a privatização do público e a distribuição de verba pública para os setores privados leigo e confessional, por meios diretos e indiretos, e não estimulou a consolidação de um sistema público de ensino e pesquisa que criasse as bases políticas, econômicas, tecnológicas e ideoculturais para a ruptura com o capitalismo dependente Lima (2012, p. 630):.

Além disso, enquanto o ensino fundamental e médio público forem de baixa qualidade, os discentes pobres da classe trabalhadora não conseguirão acessar o ensino superior público em razão da lógica da privatização. É o caso das instituições privadas que “fornecem” as bolsas de ensino para essa população, a partir do repasse de financiamento público. E assim, o ensino superior é organizado de forma meritocrática. Os estudantes que conseguem ingressar no ensino superior público, entendem que o fizeram, por mérito e conquista própria, desqualificando a responsabilidade do Estado na formação fundamental e médio nas escolas públicas dos alunos da classe trabalhadora.

Cabe ainda destacar que:

Dois outros elementos devem ser articulados às análises sobre a expansão do acesso à Educação Superior via instituições privadas: em primeiro lugar, trata-se de um acesso via diversificação das IES, direcionado especialmente às IES privadas não universitárias e que não precisam, por determinação legal, implementar políticas de pesquisa e extensão, na medida em que somente as universidades são caracterizadas como instituições em que há a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em segundo lugar, esse acesso estava direcionado, preferencialmente, aos cursos de curta duração, cursos sequenciais, cursos a distância, caracterizando o processo de aligeiramento da formação profissional e de certificação em larga escala vigente naquele período (LIMA, 2012, p. 637)

Pode-se constatar que o Estado defende e incentiva programas de acesso ao ensino superior que visam a elevação dos recursos financeiros aplicados em educação, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa Universidade para Todos (ProUni) e as instituições de Ensino à Distância (Eads), ao invés de atuar na qualidade da educação fundamental, média e superior pública. Outro ponto a ser discutido é a não obrigatoriedade de parte das Instituições do Ensino Superior (IES) de implementar políticas de pesquisa e extensão, determinação legal que as universidades precisam para a consecução da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:

[...] a Constituição de 1988 preceitua a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207) e estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988, art. 213, §2ª) (FORPROEX, 2012, p.15).

A universidade, portanto, tem o papel de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo a extensão a devolutiva da universidade à comunidade, produzindo e ampliando o conhecimento, na medida que a extensão também traz a realidade social e demandas para os cursos e para as pesquisas. A partir da Política Nacional de Extensão Universitária, após encontros no Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira, chegou-se ao seguinte conceito de extensão universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p.28).

De acordo com Mazzilli (1995, p. 150 *apud* GONÇALVES, 2016, p. 1244), a indissociabilidade seria capaz de:

Gerar um novo movimento no processo de produção e de socialização do conhecimento na educação superior, ao relacionar dialeticamente o ensino (apropriação, pelos estudantes, do conhecimento historicamente produzido pela humanidade), da pesquisa (produção de novos conhecimentos) e a extensão (intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da prática que demandam novas pesquisas).

Contudo, apesar da obrigatoriedade, não há grande investimento na extensão, muitos projetos se mantêm com recurso próprio de docentes e estudantes e com muita dificuldade de sair da universidade para fazer a extensão. É uma realidade distante de como deve ser entendida:

Compreende-se que a relação universidade e sociedade é de suma relevância para ambas, na qual há uma produção de conhecimento crítico, reflexivo e comprometido com a comunidade. E um dos espaços em que esta relação se dá é nas atividades extensionistas, por isso a importância de se estudar as concepções desta função da universidade, sem dissociá-la do ensino e da pesquisa. Gurgel (1986, p.13) afirma que o estudo da extensão universitária como “elemento de ligação entre a instituição de ensino superior e a sociedade em que se insere” não é muito encorajador, pois ainda há equívocos como considerá-la de pouca validade científica e de caráter secundário, bem como, um mecanismo usado pelo Estado de garantia ou sustentação do modelo de sociedade (MACHADO, 2013, p. 10).

No ano de 1999 foi publicado o Plano Nacional de Extensão Universitária e, desde então a questão da extensão foi amplamente discutida pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX). Diante de tais discussões, em 2012 foi criada a Política Nacional de Extensão Universitária.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a

democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1999, np).

Em 18 de dezembro de 2018 foi publicada a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, a qual “Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências” e realiza as seguintes definições (MEC, 2018, np):

[...]Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. [...]

Art. 19 As instituições de ensino superior terão o prazo de até 3 (três) anos, a contar da data de sua homologação, para a implantação do disposto nestas Diretrizes. [...]

Ou seja, a extensão passa parcialmente para a alçada do ensino, a partir da justificativa de valorizar as atividades extensionistas e de garantir uma formação mais “prática” nas Universidades, o que já aponta um desprezo pela formação teórica de consistência, bem à propósito do período negacionista que estamos vivendo. O que se observa na conjuntura e pelo conjunto de ataques à educação pública é que a curricularização da extensão é a porta aberta da universidade pública para as empresas e instituições privadas, utilizando do recurso humano barato, no caso os/as discentes, tendo em vista a obrigatoriedade de ter que cumprir 10% da carga horária total da graduação, onde irão se

submeter a atuar nos projetos de extensão para cumprir currículo, assim como a utilização do espaço físico nos laboratórios e salas da universidade. Além de autorizar o benefício das empresas com incentivos fiscais para investimentos em projetos de extensão universitários e do curto prazo que as instituições de ensino superior terão para implementação da resolução, ou seja, até 18 de dezembro de 2021.

A Curricularização da extensão universitária é uma meta a ser atendida a partir do Plano Nacional da Educação-PNE (BRASIL, 2014) e desafia o coletivo universitário a assumir a necessidade de ressignificação de suas concepções de ensino, sociedade, aprendizagem e práticas pedagógicas no ensino superior. A efetivação da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação estipula que 10% do total da carga horária dos cursos de graduação devam ser destinadas a atividades de extensão, potencializa a criação de um espaço integrador, dialógico e interdisciplinar que de forma transversal redefine o currículo, comprometido com a reconexão social/territorial das instituições e com um processo de aprendizagem integrador, investigativo, dialógico, crítico, e reflexivo. (ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C. & WIEBUSCH, E.M., 2018, p. 1).

Esse contexto de precarização da extensão e a pressão ao plano de Curricularização, em que pese à possibilidade de que a extensão venha a ser valorizada, na verdade é uma privatização da educação, pois com a curricularização as áreas tecnológicas serão ainda mais priorizadas em detrimento das áreas das ciências humanas e sociais. É importante destacar que significará a precarização e o sucateando da máquina pública, fragilizando o princípio da educação pública com financiamento público.

As políticas públicas estão sofrendo um desmonte principalmente depois da Lei nº 95/2016 (PEC 95), com o congelamento de gastos por 20 anos no orçamento da União, que afeta diretamente a educação e a saúde. Observa-se um governo neoliberal que tem por princípio sucatear a máquina pública e privatizá-la, privilegiando a classe empresarial e burguesa. Na educação, principalmente a superior, o governo promove o incentivo a investimento de empresas privadas na extensão, bem como a facilitação ao acesso às IES na modalidade Ead. E a extensão é diretamente afetada com a falta de recursos. O Estado amplia cada vez mais as IES privadas, que não tem obrigatoriedade de implementar pesquisa e extensão, reduzindo a receita da política de educação inviabilizando a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (FATO, 2020). Assim como indica Machado (2013, p. 16):

[...] a universidade pública necessita ser tomada sob uma nova perspectiva, e que antes de tudo, precisa-se começar a exigir que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político. O que só será possível se a educação for considerada um direito e

não um privilégio ou um serviço.[...] compreende-se que a extensão é um espaço muito amplo e importante na universidade, como espaço de auto-avaliação de se ver de fora e por fora, espaço do “outro” ter voz. Principalmente neste momento em que a universidade se insere na sociedade como uma organização educativa e não mais como instituição. A qual imbuída na lógica de mercado considera o conhecimento como um produto, interessando sua quantidade e não sua qualidade. Pela pressão das instituições financiadoras de pesquisas, muitas vezes não se percebe a extensão como espaço de investigação, o que reflete no seu isolamento.

Além do congelamento dos gastos públicos, que precariza a educação, principalmente a superior, o atual governo lançou o programa *Future-se*:

O Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, sob o nome irônico de future-se, foi apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) em meados do mês de julho de 2019, já com uma minuta de lei consolidada. Apesar de, estrategicamente, abrir uma consulta pública sobre o novo programa para o ensino superior, o governo não estabeleceu qualquer diálogo anterior com as comunidades universitárias das IFES, assim como deixa muitas incertezas sobre a materialização de uma proposta de adesão permanente – já que possui duração indeterminada e que, caso as IFES optem por cancelar sua adesão posteriormente, sofrerão penalidades não explicitadas (MEC, 2019, art. 2).[...] A proposta não ultrapassa o âmbito da responsabilização individual do trabalhador ao atribuir aos docentes – em direta articulação com empresas privadas – a conquista do investimento das ações institucionais, apesar de apresentar como principal justificativa para sua criação a resolução da insuficiência orçamentária para garantir o funcionamento e o desenvolvimento das IFES (FLORES e MATTOS, 2020, p.14-15).

Com o Future-se as universidades passam a seguir um modelo de empreendedorismo, com cumprimento de metas, contratos de prestação de serviço com Organizações Sociais (OS), redução do investimento público, bem como a redução da autonomia universitária. De acordo com Silva Júnior e Fargoni (2020) o ensino na universidade deixa de ser para a formação humana e social e passa a ser um treinamento de profissionais tecnicistas que buscam atender as necessidades das empresas privadas.

Os desafios para que a universidade pública faça o seu papel perante a sociedade e, consiga fazer a extensão é necessário à reversão do crescente contingenciamento do orçamento no âmbito da IFES e da UFSC para garantir verba de custeio para os projetos, bem como políticas de incentivo à educação superior pública e de qualidade.

Assim, em que pese todo o esforço de parte dos projetos extensionistas, a análise da conjuntura é fundamental para avaliar as possibilidades de a extensão cumprir a função social destacada na indissociabilidade com a pesquisa e ensino.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO FALADEIRAS: UM PROJETO FEMINISTA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

O Curso de Serviço Social está presente na UFSC e, desde sua criação, possui forte compromisso com a extensão, pesquisa e produção acadêmica, objetivando não só a formação profissional de qualidade do (a) assistente social, mas também o fortalecimento do compromisso social da universidade junto às organizações populares e aos movimentos sociais.

Segundo o Catálogo de Extensão referente ao ano de 2019, publicado pela FORPROEX/UFSC, são seis projetos de extensão vinculados ao curso de Serviço Social:

- i) Revista Katálysis: formação profissional na publicação e socialização do conhecimento;
- ii) Formação continuada de profissionais das políticas de assistência social e saúde em trabalho social com famílias – quinta edição;
- iii) Prevenção ao abuso sexual e cyberbullying: diálogos, oficinas e jogos com crianças e adolescentes;
- iv) Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais;
- v) Projeto Faladeiras: formação e qualificação de agentes públicos e comunitários para a atenção e atendimento às demandas das mulheres;
- vi) Departamento de Serviço Social e Campos de Estágio: articulação e fortalecimento da relação político-pedagógica e interinstitucional.

O projeto de extensão Faladeiras se constitui e se organiza no NESSOP. Como núcleo de pesquisa e extensão universitária o NESSOP foi fundado em 1992 e credenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2006 (MIYASHIRO, 2019). O Projeto Faladeiras realiza a extensão no sentido de contribuir com o processo de disseminação a respeito dos direitos que estão diretamente ligados com a vida das mulheres da classe trabalhadora, contribuindo com formas de organização de tais direitos, bem como fortalecimento da luta feminista. Busca-se a ampliação do número das mulheres nos movimentos sociais, nas organizações de suas comunidades e na política, para o enfrentamento dessa sociedade em que vivemos desigual, patriarcal e machista. Contudo, é preciso que as mulheres tenham acesso as informações sobre os seus direitos e as políticas sociais. Nessa perspectiva surgiu o Projeto Faladeiras em 2017:

[...] que teve como objetivo inicial disseminar informações a respeito dos direitos que estão diretamente ligados à vida das mulheres da classe trabalhadora e contribuir com formas de organização na defesa de tais direitos. Além disso, para a concepção de Universidade Pública, a extensão é lugar privilegiado para o cumprimento de sua função social junto à sociedade. [...] (MOREIRA *et al.*, 2020, p.177).

A primeira edição do projeto ocorreu em 2017 e este ano, 2020, acontece sua quarta edição. Todas as edições foram aprovadas pelo PROBOLSAS e Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX).

O Projeto Faladeiras surge com o intuito de fortalecer a luta feminista disseminando informação a respeito dos direitos das mulheres da classe trabalhadora, haja vista que as políticas públicas estão sendo atacadas no país e as mulheres são diretamente atingidas com este desmonte. Elas correspondem a aproximadamente 51% da população e são usuárias dos mais diversos serviços públicos. Há diferenciados projetos de leis em tramitação que representam esse cenário de retrocessos à luta feminista, como o PL 5069/2013 que estabelece empecilhos para as vítimas de violência sexual, bem como está prevista uma nova reforma previdenciária e cortes na educação, saúde e outras áreas.

O feminismo é um dos instrumentos para enfrentamento e criação de resistência diante deste cenário. Especialmente numa conjuntura que exige mobilizações e articulações políticas para que não tenham retrocessos cada vez mais alarmantes no campo da seguridade social e demais políticas públicas. As mulheres têm papel fundamental neste contexto e ao longo da história foram linha de frente em diversos momentos, com a organização de greves, luta pela conquista de direitos políticos, pelo acesso à educação e entre tantos momentos de resistência não poderá ser diferente na atualidade (MOREIRA *et al.*, 2020).

O movimento feminista e suas vertentes mais ativas na sociedade no campo da esquerda brasileira tem problematizado a pouca participação de mulheres trabalhadoras vinculadas à produção nos movimentos. É possível observar um crescimento de mulheres jovens negras, participando de movimentos feministas e em lutas específicas pela legalização do aborto, contra a violência doméstica e sexual, além de denúncias no campo e na população indígena. No entanto, o que se chama de uma pauta feminista, ainda está distante da realidade da imensa maioria de mulheres (MOREIRA *et al.*, 2020).

Portanto, o projeto tem a perspectiva de contribuir com o processo de organização de trabalhadoras, donas-de-casa e de outros setores populares, propondo formas de articulação para além de atividades pontuais e atos esporádicos. O feminismo precisa chegar aonde não costuma ir, precisa sair do centro e atravessar as zonas mais afastadas das cidades. Como

projeto de extensão universitária de caráter popular e feminista, “Faladeiras” apresentou-se também como instrumento de disputa da universidade pública, na medida em que parte dos projetos de extensão na Universidade estão voltados para parcerias público-privada.

Em seus objetivos consta o compartilhamento de informações com as mulheres trabalhadoras acerca dos seus direitos, assim como propiciar momentos de reflexão e ação acerca dos seus limites, necessidade de defendê-los e possibilidades de ampliá-los. Em 2017 o projeto Faladeiras iniciou suas atividades com uma metodologia de funcionamento em que no primeiro semestre se dedica a organização interna da equipe e interlocuções externas para sua operacionalização e, no segundo semestre, materializam-se as ações junto às mulheres. Essa dinâmica foi utilizada em todas as edições.

No entanto, suas edições vêm detectando novas necessidades desde então e, por consequência, o conteúdo e a metodologia foram readequados/revistos cada edição. A principal delas foi a de focar na violência doméstica contra as mulheres, processo que será sistematizado nos próximos itens.

### **2.1. Edição 2017 - "FALADEIRAS: formação para mulheres de comunidades populares”**

A primeira edição do Projeto Faladeiras teve como característica a aproximação do projeto com a comunidade, através da extensão, em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social, CRAS – Sul III, localizado no bairro Morro das Pedras. Num primeiro momento foi realizado o contato com as mulheres que recebiam o bolsa família e feito o convite para participação. Os encontros foram realizados no Centro de Referência em Assistência Social no sul da ilha de Florianópolis e teve como proposta fazer a discussão com as mulheres sobre o seu direito à cidade, a participação delas nos espaços de decisão e na melhoria de acesso e atendimento das políticas sociais públicas locais. Durante o seu desenvolvimento, a violência doméstica foi um tema que surgiu, visto que muitas mulheres da comunidade passavam por violência, ainda que com dificuldade em reconhecê-la. (MOREIRA *et al.*, 2020<sup>1</sup>). Contemplado pelo PROBOLSAS<sup>2</sup>, o projeto inicia com a participação de duas bolsistas.

---

<sup>1</sup> No ano de 2020 o Projeto Faladeiras foi convidado pela Revista Eletrônica de Extensão - Extensio UFSC a relatar sua experiência, relato feito no artigo “Projeto de Extensão Faladeiras” no qual é possível observar informações detalhadas no tocante a edição 2017 e das demais edições.

Ao final da edição foi avaliado de forma positiva o crescimento das estudantes participantes do projeto com a vivência e o contato com as mulheres da periferia. Muitas das mulheres que participaram do projeto da edição de 2017 viviam um cotidiano de violência tão enraizado que em determinadas situações, sequer reconheciam estar sob um processo de violência como tal.

Contudo, como avaliação negativa, levantou-se a falta de recursos para que as mulheres pudessem manter a participação no projeto, tendo em vista o corte de recurso financeiro nas políticas públicas. As mulheres que participavam do projeto ficaram sem vale transporte e ainda tiveram o corte do benefício do programa bolsa família, fator que impossibilitou a continuidade de presença de algumas participantes. As mulheres tinham preocupação fundamental de sobrevivência com suas famílias e diante dos problemas financeiros afetando diretamente suas necessidades básicas de vida, infelizmente não tinham como continuar a participação no projeto.

A alta rotatividade de participantes, em virtude da falta de recurso para locomover-se até o CRAS e as questões de própria sobrevivência dessas mulheres fez com que a discussão dos temas programados para o projeto não tivesse continuidade. Outro ponto avaliado ao final da edição foi o local dos encontros, por acontecerem no CRAS o projeto estava substituindo uma dinâmica que deveria ser de competência do próprio CRAS. A partir desses elementos, no final do projeto foi pensado na necessidade da discussão sobre violência doméstica e a ampliação do convite às lideranças comunitárias e agentes públicos, para articulação das mulheres.

---

<sup>2</sup> O Programa de Bolsas de Extensão – PROBOLSAS – é gerenciado pela Pró-Reitoria de Extensão e tem por objeto estimular a participação dos estudantes de graduação nos projetos de extensão desenvolvidos pela UFSC por meio de auxílio financeiro na forma de bolsas. A participação no processo de interação entre universidade e sociedade visa aprimorar o processo de ensino-aprendizagem com o envolvimento de estudantes e professores em situações concretas de ensino e pesquisa viabilizadas pelas atividades de extensão (UFSC, 2020).

### **2.1.1. A violência doméstica como centralidade do projeto faladeiras**

O tema da violência doméstica assume a centralidade do projeto Faladeiras, isso exigiu o aprofundamento do estudo para que a equipe de extensão pudesse repensar o foco, público-alvo e metodologia. Assim, esse subitem surge a partir da experiência da primeira edição do Projeto Faladeiras em 2017, do primeiro contato com as mulheres da comunidade, com o intuito de fazer a formação de conscientização feminista e sobre o direito das mulheres à cidade. Algumas participantes durante a formação reconheceram que sofriam violência doméstica e a importância da discussão sobre o assunto.

Em uma pesquisa publicada no site da Universidade Federal de São Paulo em 2015, foi confirmado que o Brasil é o 5º país que mais mata mulheres (UNIFESP, 2015). Ao realizar uma busca mais específica no nosso estado de Santa Catarina, é possível encontrar estudos que apontam que em 2018 o estado chegou a registrar três feminicídios por mês. A violência contra mulher conforme o documento “Panorama da violência contra as mulheres no Brasil indicadores nacionais e estaduais, edição nº1” é definida como:

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, define a violência contra mulheres como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. A Convenção dispõe que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual ou psicológica: a) perpetrada no âmbito do ambiente doméstico e familiar; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (INCROCCI; ANDRADE, 2018, p. 04).

Originalmente o termo ‘violência’ vem da palavra vis, que no latim significa 'força' e, se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. Também importa muito o conceito expresso por Chauí (2011), ao enfatizar a presença do poder como elemento central de análise das "violências" - o domínio exercido de um sobre o outro, transforma o diferente em desigual, cria uma assimetria, numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, exploração e opressão, uma hierarquia que desqualifica a vítima, transforma-a em 'coisa'.

Violência é toda e qualquer ação que "coisifica" o ser humano, tirando-lhe a condição de sujeito. Uma complexa presença do abuso do poder na dominação do outro, seja o indivíduo

ou a classe social, ato de força contra a espontaneidade, à vontade e a liberdade de alguém; sujeição, tortura ou constrangimento e violação. Consoante Chauí (1999, p. 342), destaca-se ainda que, “[...] *violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror*”.

O sexismo e machismo tem bases estruturais no patriarcado. O patriarca o institui próprio sua paternidade, "legitimado" socialmente, domina e explora ao mesmo tempo em que "protege" os seus, tendo o poder sobre a mulher como objeto, a posse dela. A maioria das mulheres vive em jornadas duplas, às vezes triplas, trabalho fora, cuidados com casa, faculdade, filhos e marido. Contudo, essa jornada é invisibilizada, e o que aparece é a dependência da mulher em relação ao seu marido, legitimando o status de poder do homem. O poder do homem diante de suas mulheres é, sobretudo o sentimento de posse, de propriedade, que ele não tem sobre as autoridades.

O patriarcado é uma relação de dominação do homem sobre a mulher, centrada na figura do pai no poder e esta forma de vida, além de ser o modelo a ser seguido, também passa a fazer parte dos preceitos morais da sociedade e, por conseguinte, a ser defendido e difundido pelo discurso comum. E assim sendo, ele a domina, a explora e a violenta de diversas formas: psicologicamente, patrimonialmente, fisicamente e sexualmente. O Estado, por sua vez, não cria legislação que possa cessar a violência, apenas pune os homens que cometem violência que extrapola os limites aceitos socialmente.

Isso representa uma autorização do poder constituído para que os homens espanquem sem provocar graves lesões, da mesma forma como podem ter seus desejos sexuais satisfeitos cometendo ameaças, mas não violências, enfim, fazendo se obedecer sem deixar marcas profundas (SAFFIOTI, 2002, p. 06).

Enquanto não houver punição para a violência cometida por homens contra as mulheres, o poder dele sobre a mulher será legitimado pelo Estado e as suas vontades atendidas, revitimizando a mulher vítima de violência. E potencializando esse sentimento de poder dos homens sobre as mulheres.

A reiteração da violência, que deveria contar para reforçar a punição do criminoso, acaba por banalizar um fenômeno cruel e altamente prejudicial à saúde de grande parcela da população e ao desenvolvimento do país. [...] a violência contra mulheres não faz parte intrínseca da organização social de gênero, mas de uma fase histórica específica dessa organização, ou seja, da ordem patriarcal de gênero. A hipótese, ou constatação, não é apenas

plausível para o fenômeno de gênero, mas também para o de classes sociais e de etnia. Efetivamente, essas categorias sociais têm um projeto de dominação-exploração, cuja imposição se faz a qualquer custo. Portanto, a violência nele está necessariamente presente. Entende-se que a violência de gênero em geral e a doméstica em especial sejam fenômenos de múltiplas causas. Gênero, classe e etnia combinam-se para determinar formas distintas de se perpetrar violência. É até possível que nas camadas mais pobres, com grande número de excluídos de toda sorte, o estresse provocado pelas precárias condições de existência responda por uma maior incidência de violência familiar, como afirma Gelles (1993, *apud* SAFFIOTTI, 2002, p. 10-11).

Segundo os dados publicados pelo IBGE (2019b), referente a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, as mulheres constituem cerca de 51,8% da população, o que equivale a aproximadamente 108,4 milhões de brasileiras. Também foi verificado que as mulheres recebem, em média 77,7% do rendimento dos homens. Enquanto o homem tem um rendimento médio mensal de cerca de R\$2.555,00, o rendimento das mulheres é em torno de R\$1.985,00. A diferença é ainda maior quando os dados são comparados a partir da raça e cor, enquanto o rendimento médio mensal real dos trabalhadores, homens e mulheres, brancos foi de R\$2.999,00, o das pessoas pardas foi de R\$1.719,00 e das pretas de R\$1.678,00.

São as mulheres a maioria dos usuários da Política de Assistência Social. Em 2014, a partir do documento produzido pela ONU, verificou-se que 88% de todas as famílias inscritas nos programas sociais brasileiros eram chefiadas por mulheres (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2018). Salienta-se ainda que as mulheres são diretamente atingidas com o desmonte das políticas públicas, entre os problemas, cortes de recurso financeiro, privatizações e retrocessos na educação, saúde e assistência social. Contexto ocasionado e decorrente do atual governo atuante em um sistema neoliberal que prioriza a economia e as privatizações (FATO, 2020).

Outra política que sofreu foi a de enfrentamento da violência contra a mulher. O orçamento da Secretaria da Mulher foi reduzido de R\$119 milhões para R\$5,3 milhões entre 2015 e 2019. Ressalta-se que no ano de 2019, não recebeu recursos para um dos programas mais conhecidos, a Casa da Mulher Brasileira, que tem por objetivo atender mulheres que sofrem agressões físicas e psicológicas (EXAME, 2020).

A partir desse aprofundamento, a equipe do projeto Faladeiras reorienta sua temática central e passa a priorizar a mobilização de lideranças na perspectiva de que essas estão nos territórios, conhecem a realidade e podem pressionar as demandas para os serviços. Assim,

foram realizados alguns encontros, depois de contatos com essas mulheres, para apresentar a edição e avaliar com as participantes, temáticas que fossem de interesse, como descrito a seguir.

## **2.2. Edição 2018<sup>3</sup> "FALADEIRAS: formação para mulheres de comunidades populares"**

Na edição de 2018 o público-alvo foi as mulheres líderes comunitárias das camadas populares dos bairros de Florianópolis, em particular os bairros do sul da ilha. Para acessar o público-alvo, efetuou-se o mapeamento e contato com as organizações, associações de moradores, conselhos comunitários, conselhos locais de saúde e demais entidades no sul da ilha, nos meses de março e abril de 2018. No período de maio e junho foram feitos os contatos com os locais levantados para apresentar o projeto e fazer o convite para participação das mulheres. Dos quase trinta locais, foi possível efetivar contato com treze entidades, das quais quatro participaram com seus representantes na reunião inicial realizada em junho.

A partir da reunião com o apontamento das demandas, foram estruturados os encontros, com a definição dos temas, elaboração do material e contato com profissionais e coletivos para participação. Dentre os temas indicados pelas mulheres, destacam-se o de violências contra a mulher, direitos das mulheres e o feminismo. Os encontros aconteceram de setembro a novembro de 2018 na Associação de Moradores das Areias do Campeche (AMAREIAS), quinzenalmente. Os temas debatidos nos encontros foram: a história das mulheres e do feminismo; socialização e papéis de gênero na sociedade; violências contra as mulheres; direitos sexuais e reprodutivos e direitos previdenciários. No último encontro, realizou-se uma avaliação do curso de forma coletiva. Durante os encontros foram compartilhados relatos de percepção da violência contra a mulher. Houve o destaque para os relatos das dificuldades e desafios na intervenção das profissionais agentes de saúde no atendimento das mulheres vítimas de violência e a articulação com a rede de atendimento. Destaque esse que serviu como experiência para a próxima edição. Como avaliação da edição, constatou-se que as disputas locais interferiram na programação da formação, pois foi necessário dividir o espaço com outras atividades da comunidade, e que há dificuldade na execução de um projeto de extensão quando não há uma vivência do território.

---

<sup>3</sup> Tópico produzido com base em Moreira *et al.*(2020), assim como documentos internos produzidos pelo projeto.

Contudo, a experiência com as participantes foi positiva ressaltando que aquelas que estavam há mais tempo no projeto foram as agentes públicas. A crítica dessas participantes foi de que elas esperavam uma formação mais consistente, tendo em vista o crescente número de situações de violência. Ou seja, ainda que os debates realizados tenham sido importantes, observaram que as dificuldades no cotidiano profissional, exigiam maior qualificação.

Nesse sentido, o projeto não só redefine sua inserção e metodologia, mas também, a partir da edição de 2019, vai consolidando sua identidade de formação na extensão.

### **2.3. Edição 2019<sup>4</sup> “FALADEIRAS: formação e qualificação de agentes públicos e comunitários para a atenção e atendimento às demandas das mulheres”**

A terceira edição aconteceu em uma escola pública do sul da ilha, com encontros quinzenais, de maio a novembro, com o objetivo da formação das agentes públicas e sociais que atuam atendendo as demandas das mulheres nos bairros do sul da ilha.

O curso de formação foi dividido em três módulos: aspectos teóricos, políticos e históricos da violência contra a mulher; aspectos técnico-operativos e ético-políticos dos atendimentos; a violência contra a mulher e a rede de atendimento em Florianópolis. Tendo em vista a diversidade dos temas e que vários fogem do conhecimento do Serviço Social, foram convidadas profissionais que atuam com mulheres vítimas de violência e pesquisadoras da área de gênero e sexualidade para ministrar e coordenar alguns dos encontros.

Para o módulo sobre a rede de atendimento, em março de 2019 iniciaram os contatos telefônicos e por e-mail aos equipamentos e serviços que atendem mulheres vítimas de violência no município de Florianópolis. Contudo, houve significativa dificuldade em obter as informações para fazer o levantamento da rede de atendimento à mulher vítima de violência em Florianópolis. Enquanto esse levantamento estava sendo confeccionado, constatou-se as dificuldades e ausência de respostas, levando à interrogação de como uma mulher vítima de violência tem acesso à rede.

A divulgação da edição do curso de formação foi feita pelas redes sociais do projeto, além da entrega de panfletos e cartazes em Centros de Saúde, Centros de Referência de Assistência Social e escolas do sul de Florianópolis. Também se efetuou contato por e-mail

---

<sup>4</sup> Tópico produzido com base em Moreira *et al.*(2020), assim como documentos internos produzidos pelo projeto e vivência de estágio obrigatório.

com associações de moradores, instituições e serviços que realizam atendimento a mulheres vítimas de violência e, ainda com as participantes das edições anteriores que atendessem ao critério de agente pública e/ou comunitária na região. Foi criado um formulário online para inscrição prévia, que teve um total de 50 pessoas inscritas. A avaliação, de modo geral, considerou que houve um salto de qualidade em relação às edições anteriores, com um maior número de participantes, mulheres de diferentes categorias profissionais e áreas de atuação.

Como ponto negativo, aponta-se a dificuldade de atingir o público-alvo que havia sido definido para a formação, que eram as agentes públicas e comunitárias que atendiam mulheres vítimas de violência no sul da ilha. Das participantes do curso de formação poucas atuavam no sul da ilha, tinham mulheres que trabalhavam no continente, estudantes, mulheres que participavam de outros movimentos e mulheres que tinham outros grupos que abordavam os temas relacionados à violência contra mulher.

Outro ponto nevrálgico foi o espaço da Escola, que mesmo estruturado para as oficinas (Datashow, som, auditório) e localização privilegiada (ao lado do terminal de ônibus), foram várias intercorrências que exigiram renegociação do uso do local. Um deles foi a constituição de um espaço para as crianças para que as mulheres pudessem participar do curso de formação com tranquilidade, visto que no decorrer do curso de formação algumas mães levaram seus filhos. Contudo, a experiência não foi bem sucedida, primeiro por conta do espaço que não era adequado para crianças, além de não ter materiais para interação com elas. Destaca-se que os materiais que tinham (livros, jogo-de-memória, giz de cera...) foram comprados pela equipe Faladeiras com recurso próprio, além de não ter alguém para acompanhar as crianças, tarefa essa que foi feita pelas integrantes da organização do Faladeiras. Isso acarretou na impossibilidade de parte da equipe acompanhar a totalidade das atividades, sem mencionar a falta de qualificação dificultar ocupar o tempo integral com as crianças. Houve assim, um afastamento de algumas mulheres do projeto. A avaliação foi da necessidade de contar com pessoas com formação em recreação com crianças.

De todo o modo, a experiência de 2019 foi fundamental para caracterizar o que hoje representa a identidade formativa do projeto Faladeiras, a qual será apresentada de forma mais detalhada no próximo capítulo. Ressalta-se que é nesse momento em que ocorre o estágio obrigatório da presente autora deste Trabalho de Conclusão de Curso, o qual ocorreu no período de março a dezembro de 2019, com a participação desde o planejamento, divulgação, discussão dos temas, contato com as instituições e execução do projeto de extensão na edição de 2019.

### 3. A IDENTIDADE FORMATIVA DO PROJETO FALADEIRAS

Neste capítulo, busca-se ilustrar como vem se consolidando a identidade formativa do Projeto Faladeiras, a partir da edição do ano de 2019, quando a formação, a partir da extensão atinge parcialmente o público-alvo, para a formação e qualificação de agentes públicos e comunitários para a atenção e atendimento às demandas das mulheres.

No sentido de contribuir com o processo de disseminação a respeito dos direitos que estão diretamente ligados com a vida das mulheres da classe trabalhadora e contribuir com formas de organização na defesa e atenção de tais direitos, o Projeto de Extensão, na edição do ano de 2019, organizou um curso de formação para agentes que atuam no sul da ilha, no município de Florianópolis, sobre “A violência contra mulher e a rede de atendimento em Florianópolis”. Isso, tendo em vista às demandas trazidas pelas mulheres que já participaram de edições anteriores e levando em consideração a atual conjuntura vivida pela mulher. O curso aconteceu na Escola Jovem do Rio Tavares (Rod SC-405, s/n), iniciou dia 17 de maio e finalizou em 22 de novembro, com encontros quinzenais nas sextas feiras às 18h30min.

No contexto brasileiro, basta um olhar mais atento ao cotidiano e verifica-se que são as mulheres que, comumente, levam as crianças à escola, utilizam com mais frequência os postos de saúde, as unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de modo geral, as mulheres vivem o bairro de maneira abrangente, circulam mais nesse espaço e, conseqüentemente, estão mais expostas às inseguranças das ruas, nas esquinas e as violências que perpassam estes locais (MOREIRA *et al.*, 2020). Além disso, muitas ainda precisam enfrentar as violências dentro de suas próprias residências enquanto os índices de feminicídios só crescem, conforme aponta o Atlas da violência publicado em 2019:

Tendo em vista a centralidade que a violência contra a mulher assumiu no debate público da sociedade brasileira, bem como os desafios para implementar políticas públicas consistentes para reduzir este enorme problema, causa preocupação a flexibilização em curso da posse e porte de armas de fogo no Brasil. Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que pode estar em muito subestimado dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar. Considerando os altíssimos índices de violência doméstica que assolam o Brasil, a possibilidade de que cada vez mais cidadãos tenham uma arma de fogo dentro de casa tende a vulnerabilizar ainda mais a vida de mulheres em situação de violência (IPEA, 2019, p. 42)

Segundo os dados publicados pelo IBGE (2019a), as mulheres constituem cerca de 51,4% da população, o que equivale a aproximadamente 103,5 milhões de brasileiras. Elas correspondem a uma parcela relevante dos usuários da Política de Assistência Social. Em 2014, conforme documento produzido pela ONU, constatou-se que 88% de todas as famílias inscritas nos programas sociais brasileiros eram chefiadas por mulheres. O atlas da violência demonstra que os atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) somam 147.691 registros por ano, correspondente a 401 por dia ou uma mulher a cada 4 minutos (IPEA, 2019). Na Previdência Social, dados sobre o acesso aos benefícios do INSS ressaltam que, referente ao ano de 2015, 56,7% destes foram destinados às mulheres (BRASIL, 2015)

É notório que o acesso às políticas sociais é substancial para sobrevivência das mulheres da classe trabalhadora e de suas famílias, e o Serviço Social como profissão atuante nas expressões da questão social, têm papel fundamental na vida dessas mulheres. Assim como o campo de atuação nas políticas públicas, que estão sendo atacadas no país e as mulheres são diretamente atingidas com este desmonte.

Nesse sentido, é preciso ampliar o número de mulheres nos movimentos, contribuindo com sua organização nos bairros, através dos movimentos comunitários e demais movimentos sociais, fomentando o fortalecimento das forças sociais dos segmentos populares que têm horizonte emancipatório. A fim de qualificar o profissional que atende a mulher vítima de violência, seja no CRAS, no Posto de saúde do bairro, na escola ou em qualquer outro espaço institucional que a mulher busque atendimento. Além de ampliar a discussão sobre os atendimentos às vítimas e as dificuldades de reconhecimento dos casos de violência, conforme descrito a seguir:

Embora a violência contra as mulheres seja reconhecida pela sua grande frequência e pelos efeitos que provoca na saúde física e mental das mulheres, os casos costumam ser pouco relatados nos serviços de saúde e de segurança pública, o que pode ser atribuído à dificuldade dos serviços em reconhecer e diagnosticar a violência[...] (VILLELA; VIANNA; LIMA; SALA; VIEIRA; VIEIRA; OLIVEIRA, 2011, p. 114).

Na edição de 2019 o curso de formação foi organizado em módulos e conteúdos, conforme pode ser visto a partir do quadro elaborado pelas integrantes do Projeto Faladeiras em 2019:

Quadro 1 – Módulos e conteúdos do curso de formação edição 2019.

<b>DATA</b>	<b>CONTEÚDO</b>
<b>Módulo 1: Aspectos teóricos, políticos e históricos da violência contra a mulher</b>	
17/05/2019	Apresentação do curso e introdução
31/05/2019	Principais categorias e tipologia da violência
07/06/2019	Gênero e sexualidade
28/06/2019	Indicadores de violências contra a mulher A violência e sua relação com classe, raça/etnia, sexo
12/07/2019	Direitos e trajetória histórica da Legislação referente à violência contra a mulher (Lei Maria da Penha, central 180 e outros)
<b>Módulo 2: Aspectos técnico-operativos e ético-políticos dos atendimentos</b>	
26/07/2019	Ficha de notificação do SINAN
09/08/2019	Acolhimento, escuta e encaminhamentos
23/08/2019	Como identificar a violência Aspectos éticos e legais da assistência
<b>Módulo 3: A violência contra a mulher e a rede de atendimento em Florianópolis</b>	
06/09/2019	Apresentação e discussão de situações de violência
20/09/2019	Os serviços que compõem a rede de atendimento no município
04/10/2019	Avaliação parcial do curso
18/10/2019	As possibilidades de rede de atendimento no Sul da Ilha Propostas de encaminhamentos
01/11/2019	Apresentação das propostas elaboradas pelo grupo
22/11/2019	Avaliação e encerramento

Fonte: Equipe do Projeto Faladeiras (2019)<sup>5</sup>.

A construção dos módulos seguiu uma lógica pensando na questão de gênero, patriarcado, classe e raça/etnia como determinantes estruturais; o debate da violência: tipos, indicadores e legislação; até o módulo de operacionalização, passando pelo atendimento e protocolos, como a ficha de notificação e acolhimento. Por fim, com objetivo de que o projeto não se transformasse em uma oficina de formação descontextualizada do sul da ilha, previu-se espaço e tempo para a construção de propostas e até possibilidade de pactuação de fluxos na região.

Em meados de março de 2019 as integrantes do projeto Faladeiras se reuniram para discutir a programação e divisão das atividades do curso de formação para mulheres que atuam no atendimento às mulheres em situação de violência. Foram expostos os eixos e os

<sup>5</sup> Programação elaborada, juntamente com a equipe do projeto faladeiras, durante o estágio obrigatório no curso de Serviço Social da UFSC para planejamento do cronograma de execução do curso de formação de agentes públicas realizado pelo projeto Faladeiras no ano de 2019.

conteúdos do curso, discussão dos temas e da quantidade de dias e encontros para cada eixo, além dos encaminhamentos para contato com os/as possíveis palestrantes.

Em 17/05/2019 iniciou-se o curso de formação. O dia foi para apresentação do curso pela coordenadora do projeto, Dra. Maria Regina, a qual evidenciou às participantes a necessidade das pesquisas e o compromisso da extensão junto à comunidade. Explicou-se sobre as edições anteriores e na sequência foi aberto espaço para apresentação das participantes. No segundo encontro a coordenadora do Faladeiras abordou sobre as lutas feministas no Brasil. Posteriormente as graduandas em serviço social Débora Zanghelini e Cynthia Ribeiro Luiza do Amaral, integrantes do Faladeiras, explicaram sobre a tipologia da violência.

Para falar de Gênero e Sexualidade foi convidado Alê Mujica, doutorando da Saúde Coletiva e participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas de/sobre Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades da Universidade Federal de Santa Catarina (NeTrans/UFSC/CNPq).

No encontro do dia 28/06 tratou-se sobre indicadores de violências contra a mulher que foram apresentados pelas integrantes Débora e Cynthia.

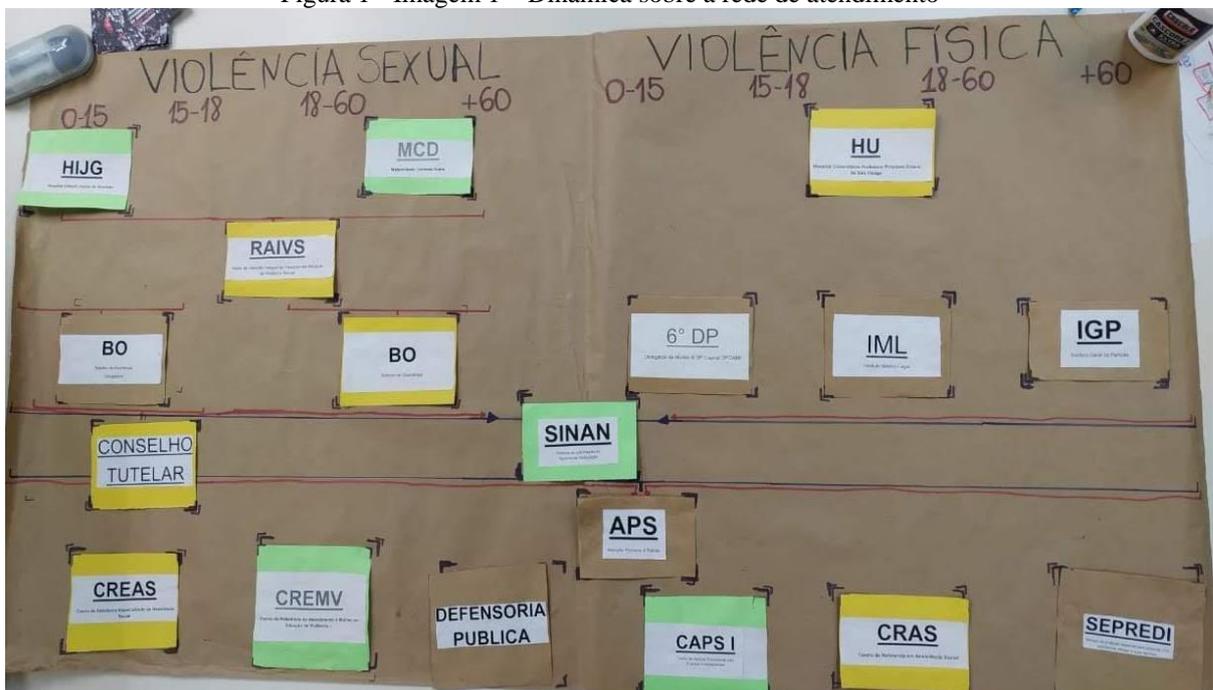
O encontro do dia 12/07 Direitos e trajetória histórica da Legislação referente à violência contra a mulher (Lei Maria da Penha, central 180 e outros), abordou-se sobre aspectos da legislação, com a presença de Iris Gonçalves Martins, advogada e militante de coletivos feministas da Grande Florianópolis. No encontro seguinte, realizou-se uma dinâmica com as participantes. Elas tiveram que preencher a ficha do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e posteriormente a discussão foi realizada entre as integrantes do Faladeiras Débora e Cynthia.

No encontro do dia 09/08 para discussão sobre acolhimento, escuta e encaminhamentos foi convidada a enfermeira Silvana Maria Pereira, que trabalhou no Hospital Universitário (HU). No encontro seguinte, para discussão do tema “Como identificar a violência - Aspectos éticos e legais da assistência” foi convidada a psicóloga do CRAS Rio Tavares Gissele Cristina Pinto.

Para o dia 06/09, foi feita a discussão sobre os atendimentos realizados a mulheres vítimas de violências nos diferentes espaços de trabalho, posteriormente as duas participantes do curso de formação, a assistente social Marta de Lourdes de Almeida Nunes e a psicóloga Nagele Fatica Beschoren, que trabalham na Maternidade Carmela Dutra, fizeram uma apresentação sobre seu trabalho e alguns desafios vivenciados.

No dia 20/09 ocorreu a dinâmica sobre a rede de atendimento à mulher vítima de violência no município de Florianópolis, ministrada pelas participantes do Faladeiras e graduandas em serviço social, Carla Santana e Gabriela Costa. Para as atividades foram confeccionados um cartaz e um fluxograma separado por idade e tipo de violência, física ou sexual. Priorizou-se esses dois tipos de violência, pois são visíveis aos olhos e fáceis de identificar. Também foram confeccionados os cartões com o nome do equipamento, por exemplo, ”CREMV” e a descrição do serviço, conforme imagem a seguir:

Figura 1 - Imagem 1 – Dinâmica sobre a rede de atendimento



Fonte: elaborada por Carla Santana e Gabriela Costa<sup>6</sup>

No dia 04/10 realizou-se um debate inicial para verificação a respeito de qual seria a rede de atendimento “ideal” para atendimento das mulheres vítimas de violência. Além disso, efetuou-se uma avaliação parcial com o grupo sobre o curso de formação. No encontro posterior no dia 18/10, às possibilidades de rede de atendimento no Sul da Ilha - Propostas de encaminhamentos, a discussão foi feita pela participante do Faladeiras e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC, Maria Cecília, que fez a reflexão com as participantes do grupo sobre a possibilidade de construção de uma rede de

<sup>6</sup> Cartaz elaborado durante o estágio obrigatório no curso de Serviço Social da UFSC para dinâmica sobre a Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência em Florianópolis, no curso de formação de agentes públicas realizado pelo projeto Faladeiras no ano de 2019.

atendimento à mulher vítima de violência no sul da ilha e quais seriam os protocolos de atendimento.

No dia 01/11 foi realizada uma dinâmica onde as participantes apresentaram a “sua rede ideal” de atendimento à mulher vítima de violência e os grupos foram separados por faixa etária. E, por fim, em 22/11 ocorreu o encerramento do curso de formação com a avaliação.

Na avaliação do grupo Faladeiras foi destacada a dificuldade de atingir o público-alvo para o curso de formação, as agentes públicas que atendem mulheres vítimas de violência no sul da ilha. Apesar da ampla divulgação e de um número expressivo de participantes, a maioria não trabalhava no sul da ilha.

### **3.1. Avaliação Qualitativa do Projeto**

Com vistas a atender este tópico, elaborou-se um questionário<sup>7</sup> de caráter qualitativo, o qual foi enviado a doze participantes do curso de formação e nos quais seis responderam ao convite.

Para envio do questionário *on line* e escolha das participantes, o aspecto central foi à atuação na rede de atendimento à mulher vítima de violência. O questionário teve por objetivo avaliar a importância do curso de formação, buscando trazer elementos concretos de incidência do projeto à prática profissional.

Uma primeira observação diz respeito ao fato de apenas metade dos questionários respondidos se referirem ao distanciamento entre o término do projeto (dez/2019) e a realização da coleta empírica dos dados (2020). Além disso, uma avaliação já havia sido feita pelo projeto ao final das atividades. Como as respostas à época foram mais genéricas, optou-se por buscar uma avaliação mais próxima ao cotidiano profissional. No entanto, houve dificuldade em obter retorno das avaliações para essa expectativa, o que já coloca uma questão ao projeto e sua continuidade que é o de qualificar melhor os instrumentais de avaliação, além do próprio conteúdo. A seguir, apresentam-se os itens da avaliação:

1. Como ficou sabendo da edição 2019 do curso de formação do Projeto de Extensão? E qual foi o interesse em participar do Curso de Formação?

---

<sup>7</sup> Embora a diferença entre questionário e formulário seja a participação da/o entrevistadora/r, sendo para o primeiro a designação da não presença e, para o segundo a presença posto que significa a possibilidade de anotações adicionais num processo de entrevista, o instrumento utilizado foi o formulário *on line*. Até porque o contexto de pandemia assim exigiu.

2. Qual é a sua área de atuação profissional? No seu local de trabalho você faz atendimentos à mulheres?
3. Se a resposta da pergunta anterior for sim, você já fez ou faz atendimento à mulher vítima de violência? Que tipo de violência? Liste algumas.
4. Cite os encaminhamentos realizados e suas principais dificuldades?
5. Em relação a essas violências, especialmente para o cotidiano de atendimento às mulheres, identificam a contribuição do projeto Faladeiras? Quais?
6. Que conteúdos considera que ampliaram seu conhecimento sobre o tema da violência de gênero?
7. É utilizado algum protocolo de atendimento à mulher vítima de violência? Se sim, qual?
8. Existe algum acompanhamento após o atendimento? Se sim, qual?

Em relação ao perfil das entrevistadas, as idades variam entre 31 e 41 anos. No tocante a função exercida, responderam ao questionário uma doutoranda da psicologia; uma enfermeira residente, duas psicólogas, uma professora e uma geógrafa<sup>8</sup>. Os locais de atuação das profissionais eram o CRAS, CREAS, Centro de Saúde e Escola Básica Municipal.

No quadro a seguir, apresentam-se às repostas obtidas junto as participantes do curso:

---

<sup>8</sup> Essa foi a única participante selecionada para o envio do questionário que não atende a demanda, mas tem militância e se inscreveu para discutir a rede. Deixamos na avaliação para ter uma percepção de um lugar diferente nesse ponto do TCC e ampliar a reflexão sobre o assunto.

Quadro 2: Respostas das participantes

Resposta pergunta nº 1	Resposta pergunta nº 2	Resposta pergunta nº 3	Resposta pergunta nº 4	Resposta pergunta nº 5	Resposta pergunta nº 6	Resposta pergunta nº 7	Resposta pergunta nº 8
Participava do grupo de estudos do Projeto Faladeiras e me interessei por estar atuando com a temática.	Atuo na área educacional e também na saúde. No contexto da saúde trabalho com mulheres vítimas de violências.	Sim, violência doméstica (física, psicológica, matrimonial, sexual, etc).	Psicólogas e Assistentes Sociais de aparelhos públicos próximos a região onde residem essas mulheres.	Sim. Compreensão histórica da violência e suas dimensões sociais para as mulheres e para os profissionais, compreensão do fluxo de atendimento na rede pública, seus limites e possibilidades.	A análise histórica e estrutural da temática, suas diferentes tipificações e as experiências de profissionais que atendem mulheres vítimas de violência.	Deveria ser utilizado o SINAN	Desde o início do ano não estão ocorrendo atendimentos.
Fiquei sabendo pelo email institucional do distrito sanitário sul. Interesse foi devido a dificuldade no acolhimento, manejo e encaminhamento dos casos.	Saúde. Sim.	Sim. Violência sexual, psicológica e física.	Já fiz encaminhamento para o CREMUV. Maior dificuldade é a contra-referência e a aceitação da mulher para encaminhamento.	Infelizmente as contribuições foram poucas. Devido a complexidade do tema e as demandas que recebemos as contribuições ficaram soltas e confusas. Creio que faltou fundamentação teórica, embasamento, materiais de apoio. As contribuições dos convidados foram muito agregadoras, mas no geral, infelizmente não teve muito acréscimo além dos meus conhecimentos prévios.	Não recordo dos conteúdos. Lembro dos convidados: Enfermeira Silvana do HU e o Ale Mujica.	Não é utilizado nenhum tipo de protocolo. Se existe, não é de conhecimento dos profissionais.	Depende. Quando a equipe recebe contra-referência do serviço encaminhado, a equipe realiza busca ativa ou a própria mulher retorna para o serviço de saúde. Caso contrário não temos mais acompanhamento da mulher.
Acredito que tenha sido por meio das redes sociais, quando uma vizinha que trabalha no CRAS SUL postou num grupo em comum. Trabalho em CREAS e esse tema me atinge diretamente. Sempre que possível busco me atualizar, capacitar e me articular com a rede.	Sou psicóloga e hoje atuo no CREAS. E em clínica. Sim, em ambos locais atende esse público.	Sim, atendo há 9 anos violências como as sexuais, físicas, psicológicas, patrimoniais, ameaças.	Saúde, DPCAMI, Ministério Público, Alta Complexidade. Minha maior dificuldade sempre foi a falta de um Acolhimento Institucional para casos de risco e falta de rede familiar comunitária e falta de uma política de emprego e renda, bem como creche em período integral para garantir a autonomia das mulheres vítimas de violência.	Sim. Claramente a ideia de que o cuidado deva vir antes da responsabilização (hospital, depois delegacia) foi um grande aprendizado dessa formação.	Os protocolos de atendimento nos hospitais e a necessidade de capacitação dos profissionais que lá atuam para acolher essa mulher e intermediar com a rede para que a vítima não seja novamente violentada.	Não.	No CREAS, o acompanhamento é sistemático e só há o desligamento por avaliação da equipe técnica.
Por indicação. Solicitei participação no primeiro curso, mas não fui aceita. Gostaria de aprender mais a respeito do tema	Geógrafa Residente. Não	Não faço atendimento à mulher vítima de violência	Não faço atendimento à mulher vítima de violência	Não faço atendimento à mulher vítima de violência	A participação da enfermeira do Hospital Universitário, da advogada e quando as colegas de curso que trabalhavam na maternidade Carmela Dutra relataram como é	Não faço atendimento à mulher vítima de violência	Não faço atendimento à mulher vítima de violência

					o cotidiano de atendimento de mulheres vítimas de violência.		
Fiquei sabendo por um cartaz colocado no local que trabalho e tenho interesse por ser mulher.	Sou professora, não faço atendimento o direito com mulheres no sentido de atender casos de violência, atendo mães, estudantes, outras professoras .	Não faço.	Acredito ter relação com a anterior e não faço.	Nesse projeto pude entrar em contato com a realidade da rede de atendimento de mulheres vítimas de violência, suas fragilidades e possíveis potencialidades de ser melhorada. Também entrei em contato com as definições dos tipos de violência, direito, onde é possível encaminhar, para que quando chegar um caso na escola poder auxiliar nesse sentido.	O dia da palestra de Ale Mujica foi muito enriquecedor.	Sim ou pelo menos deveria ser usado, que é a ficha de notificação do Sistema de Informação de Agravos de notificação (Sinam) de violências.	Deveria ter na rede de apoio.
Fiquei sabendo pela Maria Cecília, minha colega de trabalho. algumas mulheres chegam nos relatando situação de violência, daí meu interesse em participar.	Trabalho no Cras do sul da ilha, onde muitas mulheres chegam com diversas demandas, entre elas a de violência doméstica vivida.	Sim, violência física e psicológica principalmente.	Encaminhamos para atendimento no Cremv, mas na maioria das vezes temos bastante dificuldade nesse encaminhamento, pois percebemos falta de suporte e de diálogo com o serviço.	Com certeza. Me apropriei muito mais desse universo e da complexidade envolvida no atendimento a esse público.	O fluxo de atendimento, os serviços envolvidos, as etapas do atendimento, os tipos de violência, os protocolos, as dificuldades inerentes.	No Cras não existe nenhum protocolo.	Sim, continuamos atendendo, na medida do possível, fazendo escuta e orientação.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da análise das respostas, detecta-se que em relação a essas violências, especialmente para o cotidiano de atendimento às mulheres, apenas uma participante não teve sua expectativa suprida com o curso. Importante levar em consideração essa avaliação para que a equipe do projeto verifique se o conteúdo e metodologia adotados atendem e repercutem na ponta do atendimento uma contribuição efetiva aos objetivos anunciados. Foi uma avaliação contundente, conforme destacado a seguir:

*“Infelizmente as contribuições foram poucas. Devido a complexidade do tema e as demandas que recebemos as contribuições ficaram soltas e confusas. Creio que faltou fundamentação teórica, embasamento, materiais de apoio. As contribuições dos convidados foram muito agregadoras, mas no geral, infelizmente não teve muito acréscimo além dos meus conhecimentos prévios.”*

Uma das observações sobre essa avaliação, diz respeito à expectativa de um projeto vindo da Universidade. No entanto, outros aspectos podem concorrer a essa avaliação: uma expectativa para além das possibilidades do projeto; uma compreensão diferente da proposta de construção coletiva dos debates e conteúdo apresentados ao invés de repasse de informações de forma cartorial. Certa rejeição à participação em dinâmicas que exigem exposição, participação. Não é incomum tal rejeição e servirá de subsídio como tema para um debate por vir no projeto. De todo o modo, em que pese subjetividades envolvidas, não pode ser desprezada em detrimento das avaliações consideradas positivas.

A seguir apresenta-se uma análise sobre cada questão das ações realizadas com foco para obtenção de sucesso na execução do curso e peculiaridades diagnosticadas ao longo da aplicação:

**Questão 1.** Como ficou sabendo da edição 2019 do curso de formação do Projeto de Extensão? E qual foi o interesse em participar do Curso de Formação?

**Considerações:** A forma como o projeto chegou às pessoas mostrou-se diversa, assim como esperado devido as formas de divulgação. Confeccionamos folders com o programa do curso que foram distribuídos nos locais aonde a demanda chega no Sul da Ilha: postos de saúde, escolas, CRAS e CREAS basicamente. E-mails enviados às instituições também foi referenciado assim como a indicação de continuidade da formação anterior. De todo o modo, o interesse em geral se fez pelo conteúdo, voltado diretamente à ampliação de conhecimentos para atendimento à demanda e/ou por serem mulheres e terem o interesse em aprofundar esse debate.

Um dos debates feito pela equipe, diz respeito aos objetivos voltados à formação nos territórios priorizando os serviços, o que já coloca em pauta a questão da disponibilização para a participação. Ou seja, o entendimento da importância da qualificação requer sua realização no próprio horário de serviço. No entanto, isso importaria ao projeto negociar com os órgãos institucionais essa liberação e reconhecimento. Dois elementos concorreram para esse processo não ter sido desencadeado: o primeiro diz respeito ao escasso tempo para tais pactuações e mesmo a diversidade entre esses órgãos: assistência social, saúde, educação...; o outro foi a preocupação com a autonomia do projeto e os conteúdos a serem debatidos. Por isso, em 2019 optamos em apenas divulgar e ver a demanda espontânea para a participação. Ainda é importante demarcar que em função das limitações de tempo na academia, o dia disponível e negociado com a escola foi às sextas-feiras quinzenalmente das 18h as 20h. Não

é fácil depois de uma semana de trabalho, se deslocar numa sexta-feira para participar do projeto. Ainda assim, o grupo se manteve ativo no projeto.

**Questão 2.** Qual é a sua área de atuação profissional? No seu local de trabalho você faz atendimentos a mulheres?

**Considerações:** Entre as seis respondentes temos atuações na área da saúde, assistência e educação, o que comprova tanto a necessidade de buscar a intersetorialidade, como ter ações específicas a partir da natureza e responsabilidade de cada um dos serviços vinculados a essas políticas.

**Questão 3.** Se a resposta da pergunta anterior for sim, você já fez ou faz atendimento à mulher vítima de violência? Que tipo de violência? Liste algumas.

**Considerações:** As participantes que trabalham na saúde e na assistência têm atuação direta às mulheres que sofrem violência. As que foram citadas são: violência doméstica, assim como: as violências sexuais, físicas, psicológicas, patrimoniais e ameaças. Essas experiências enriqueceram ainda mais o debate sobre o tema durante o curso, dando um sentido mais palpável sobre a gravidade da violência contra mulher e as dificuldades dos atendimentos. Especialmente sobre as fragilidades e dificuldades de ser mulher nessa sociedade patriarcal e machista, além da falta de uma rede de atendimento especializado no atendimento à mulher vítima de violência para fazer o acolhimento. Ainda assim, identifica-se a dificuldade em construir uma avaliação e encaminhar com segurança para serviços complementares, principalmente pela ausência e/ou precariedade desses.

**Questão 4.** Cite os encaminhamentos realizados e suas principais dificuldades?

**Considerações:** Uma das maiores dificuldades desde o planejamento do curso, para a apresentação referente ao dia 20/09/2019 “Os serviços que compõem a rede de atendimento no município” prevista no módulo três do curso, foi o contato com os serviços que fazem atendimento as mulheres vítimas de violência. Dificuldade essa que apareceu nas respostas das profissionais que trabalham com atendimento as mulheres vítimas de violência. Os aspectos pontuados foram: a falta de assistentes sociais e psicólogas para atendimento próximo as vítimas; vagas para atendimento das mulheres vítimas de violência pelo CREMV. A falta de acolhimento institucional, bem como a falta de suporte e diálogo entre os serviços de atendimento.

**Questão 5.** Em relação as essas violências, especialmente para o cotidiano de atendimento às mulheres, identificam a contribuição do projeto Faladeiras? Quais?

**Considerações:** Apesar de uma resposta negativa referente a contribuição do projeto em relação ao cotidiano de atendimento as mulheres vítimas de violência, já mencionada, o saldo de respostas positivas foi maior. As participantes relataram uma melhor compreensão histórica sobre violência e suas dimensões sociais, a tipologia da violência, a fragilidade no fluxo de atendimento da mulher vítima de violência e a sua complexidade.

**Questão 6.** Que conteúdos considera que ampliaram seu conhecimento sobre o tema da violência de gênero?

**Considerações:** A(o)s convidados externos foram os mais lembrados pelas participantes, assim como os relatos de experiência de atendimentos as mulheres vítimas de violência. A participação dos palestrantes foi pensada e organizada pelo projeto com o objetivo de trazer relatos a partir da capacitação e experiência desses/as profissionais. Também consideraram como ampliação de conhecimento o debate sobre a tipologia da violência, o relato de outras participantes, os protocolos de atendimento a vítima de violência, os serviços e o fluxo de atendimento.

**Questão 7.** É utilizado algum protocolo de atendimento à mulher vítima de violência? Se sim, qual?

**Considerações:** Sobre protocolos de atendimento pode-se constatar que o preenchimento do SINAN é desconhecido, com exceção dos serviços que atuam diretamente com violência sexual, ou seja, não existe protocolo de atendimento à mulher vítima de violência nesses espaços institucionais, ainda que haja o compromisso de cada profissional ou equipe em se informar e se apropriar das normativas. Dado que mostra o quanto os dados divulgados sobre a temática podem estar subnotificados.

**Questão 8.** Existe algum acompanhamento após o atendimento? Se sim, qual?

**Considerações:** Referente ao acompanhamento após atendimento da mulher vítima de violência as respostas foram que esse acompanhamento depende do retorno do encaminhamento feito, ou no retorno da própria vítima ao serviço para novo atendimento. No CREAS o acompanhamento é sistemático e a vítima só é desligada do atendimento após avaliação da equipe técnica.

Algumas observações das avaliações, são importantes para a qualificação e continuidade do projeto; Trabalhar melhor o que significa projeto de extensão e a metodologia do processo. De fato, há de um lado uma falta de informações sobre isso, bem como é necessário explicitar a diferença de um curso de especialização, por exemplo. Com a ampliação das informações e a explicitação dessa diferença a possibilidade de atingir o público-alvo seria mais eficaz. A articulação e mobilização do público-alvo. Essa foi uma constante no projeto, aspecto que reforça o que já foi mencionado no tocante a necessidade de a extensão em comunidade partir de uma relação mais orgânica com a população. Isso é básico como desafio da extensão, mas foi um patamar que ficou secundarizado no Faladeiras. Ainda que o projeto tenha começado vinculado a um CRAS.

Além dessa observação e pensando na edição de 2019, trabalhar com os serviços exige, ainda que diversas contradições, pactuar com a institucionalidade; é necessário também de tempo e pessoas para fazer a mobilização e para isso acontecer precisa-se de investimento na extensão.

A ausência de investimento na extensão é um dos maiores desafios para o projeto manter uma formação com uma equipe que se desloca e que arca com os custos para participação. Considerando essas dificuldades detectadas no projeto Faladeiras, observa-se que a falta de recursos de custeio para o desenvolvimento das atividades por parte da Universidade deve ser pauta da Extensão como um todo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária, assim como a educação superior pública, tenta sobreviver apesar dos ataques e desmontes que vem sofrendo pelo governo, entre eles o contingenciamento nos repasses financeiros. Além das facilitações do governo para a implantação de instituições de ensino superior privadas, alimentando o capitalismo.

Sob esse contexto, seguem alguns elementos identificados com a construção desse Trabalho de Conclusão de Curso:

No primeiro capítulo onde é contextualizada a extensão na educação superior no Brasil é possível analisar que desde seu surgimento na década de 1930 até os dias atuais, apesar dos avanços na extensão, como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB e do Plano Nacional de Extensão, ainda é necessário muito esforço para realizar a extensão universitária. Essa situação tende a piorar depois da aprovação da curricularização da extensão com a obrigatoriedade de o discente cumprir 10% da carga horária total da graduação em projetos de extensão. Isso porque pode descaracterizar a extensão, especialmente se as Universidades aprovarem financiamento externo e parcerias com empresas privadas, tendência que é observada na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Analisando a conjuntura atual, a curricularização da extensão pode ser um ponta pé inicial para privatização do ensino das universidades. Bem como, a precarização dos projetos de extensão com o viés das ciências humanas e sociais, supondo que, as empresas privadas irão investir em tecnologia e informação, além do enfoque nas ciências exatas.

A partir do segundo capítulo, busca-se contextualizar o Projeto de Faladeiras, projeto de extensão feminista que iniciou sua trajetória buscando a disseminação das informações sobre os direitos das mulheres da classe trabalhadora e contribuindo na organização da defesa desses direitos. A luta feminista visa:

[...]responder a elementos de mudanças internas, com a construção de espaços amplos de articulação e lutas políticas que consigam mobilizar cada uma das mulheres, mediante o reconhecimento de sua particularidade de ser e, ao mesmo tempo, a partir do reconhecimento das múltiplas determinações que compõem suas experiências de mulher, perpassando, portanto, as dimensões de classe, raça, geração, sexualidade, afetividade, entre outras questões. Determinações estas que, como nos afirma Marx (1989), devem ser situadas como nexos internos da condição de opressão/dominação das mulheres, constituindo-se como forças mobilizadoras da revolução que, como já falamos, deve ser por inteira. (SILVA, 2018, p. 347).

Foi a partir da primeira edição em 2017 que o Projeto Faladeiras teve o primeiro contato com a violência contra mulher, que apareceu a partir das vivências das participantes. Além dos desafios de fazer a extensão sem recurso financeiro as integrantes do projeto se depararam com mulheres em realidade de violência que nem percebiam estar nesse tipo de condição. Realidade de muitas brasileiras que são “educadas” no padrão patriarcal e machista, onde a mulher é sempre a culpada por sofrer tais violências. Seja pela forma de se vestir, pelo jeito de falar, pelo seu corpo, por sua raça, sexualidade, por seu gênero.

Para a segunda edição, no ano posterior, a formação foi direcionada às mulheres líderes comunitárias em particular os bairros do sul da ilha no município de Florianópolis. E dos temas indicados pelas mulheres para a formação, a violência contra mulher surgiu novamente, mas desta vez para serem debatidos junto com os outros temas, entre eles, os direitos das mulheres e o feminismo. A partir do aprofundamento nos estudos do grupo sobre a violência contra a mulher e o aparecimento cada vez mais na extensão da temática, o projeto organizou-se e preparou uma edição com o tema sobre atendimento à mulher vítima de violência.

Já na sua terceira edição em 2019 que tinha por objetivo a formação das agentes públicas que atuavam no atendimento à mulher vítima de violência no sul da ilha, foram organizados três módulos, o primeiro sobre Aspectos teóricos, políticos e históricos da violência contra a mulher, onde buscou-se apresentar uma fundamentação mais teórica sobre o tema trazendo leituras e dados sobre gênero, sexualidade, violência contra a mulher; o segundo sobre os aspectos técnico-operativos e ético-políticos dos atendimentos, foi feita uma dinâmica para apresentação do SINAN e como era utilizado além de discussão de alguns itens que o documento não contemplava ou os profissionais simplesmente não preenchiam, além da discussão sobre acolhida, escuta e encaminhamento; e o terceiro sobre a violência contra a mulher e a rede de atendimento em Florianópolis, onde foi feita uma apresentação e discussão sobre os casos de violência, sobre os serviços que compõem a rede de atendimento. Realizou-se uma dinâmica para apresentação da rede e as participantes criaram uma rede ideal, no entendimento delas, de atendimento à mulher vítima de violência.

A edição de 2019 foi a mais longa de todas, aconteceu de maio a novembro, fugindo um pouco do que aconteceu nas edições passadas<sup>9</sup>. Foi bastante divulgada, pensada e organizada pelas integrantes do Faladeiras. Foram quase dois meses fazendo a divulgação,

---

<sup>9</sup> Nas edições de 2017 e de 2018 o primeiro semestre era dedicado para fazer os contatos com as participantes e organização dos temas e conteúdos. E a formação acontecia do segundo semestre.

indo até os CRAS do sul da ilha para colocar os cartazes, fazendo divulgação nas redes sociais e entrando em contato com os palestrantes para participação. Tive participação ativa nessa edição, tendo em vista estar em estágio obrigatório e a construção do meu projeto de intervenção. Foi um ano de muito crescimento, primeiramente pela aproximação do tema e da realidade em si da violência contra a mulher e as dificuldades de ser bem atendida e acolhida pelos serviços, e também a experiência de fazer contato com os serviços que fazem atendimento as mulheres e muitas vezes nem ter um retorno mostrando o quanto uma mulher que procura ajuda, até mesmo uma simples informação, as vezes nem retorno tem.

Importante sinalizar que para 2020, o formato foi bastante modificado, tendo em vista convênio celebrado com a Secretaria Municipal de Assistência para que o projeto fosse realizado para as/os profissionais que atuam nos CRAS, CREAS e entidades sociais. No entanto, em razão da pandemia pela COVID 19 e após meses passados, foi necessário alterar o formato para o virtual.

Projetos de extensão como o Faladeiras precisam ser conhecidos e reconhecidos pelo trabalho árduo, sem recursos financeiros, nem para pegar o ônibus e se locomover até o local da extensão. Fazer a extensão sem incentivo financeiro público, com o reconhecimento de sua importância na educação, foi a maior dificuldade nas três edições, pois as integrantes do grupo pagavam locomoção para ir até o local onde o projeto acontecia, muitas vezes foi levado um lanche, café e materiais que foram custeados pelas integrantes também. Essa é a realidade do Faladeiras e acredito que também de muitos projetos de extensão com o mesmo viés de pesquisa. A experiência de participar de um projeto de extensão é de um crescimento acadêmico, profissional e pessoal. Nesses espaços vemos o quanto o governo se isenta de seus deveres e funções.

Acompanhar a realidade de profissionais que atendem mulheres vítimas de violência e de mulheres que passaram por violência evidencia o quanto o Estado não faz investimentos para melhorar os atendimentos na busca de não vitimar essa mulher novamente. Do quanto as profissionais são engessadas pela instituição por falta de recursos, falta de vagas para atendimento nos serviços, como o CREMV, falta de vaga em casa de acolhimento ou mesmo por burocracias impostas para fazer o atendimento. Aponta-se também a falta de contemplação das questões de raça e gênero e a falta de profissionais qualificados que atentam para isso.

Fazer parte do Faladeiras foi um “abridor de águas” na minha graduação. A cada reunião, a cada grupo de estudos ou a cada sexta-feira à noite que íamos até a escola para fazer a formação eu me sentia mais revigorada, mais forte, mais viva, mais acolhida. A

experiência de participar de um projeto de Extensão com a temática sobre o atendimento à mulher vítima de violência me fez ver o quanto ainda é necessário crescer enquanto rede de atendimento, o quanto faz falta o investimento do Estado para itens básicos nos CRAS, CREAS, nos hospitais, postos de saúdes. O quanto essas mulheres são violentadas e violadas nos serviços de atendimento, seja por falta de profissionais mulheres para fazer o exame de corpo de delito, por falta de delegadas para fazer o registro de boletim de ocorrência. A falta de serviço especializado em atendimento a mulheres Trans, além da falta de capacitação de alguns profissionais para tal atendimento.

Muito se avançou a partir a luta das mulheres e do feminismo para a construção de marcos legais contra a violência doméstica. No entanto, numa sociedade patriarcal, racista e capitalista e, num contexto de avanço do conservadorismo, a participação da Universidade pode contribuir muito para os enfrentamentos necessários. Mas, aí teremos outro desafio: garantir a educação pública com financiamento público, porque projetos como esse e tantos outros estão sob fogo cruzado nessa conjuntura.

## REFERÊNCIAS<sup>10</sup>

ANDRADE, R. M. M.; Morosini, M. C. & Wiebusch, E.M. (2018). **Desafios Contemporâneos da Extensão universitária: invisibilidade a curricularização.** In: X Congresso Ibero americano de Docência Universitária – X CIDU. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre//anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/177.pdf>. Acesso em 03 nov. 2020.

ASSUMPÇÃO, R. P. S.; STRACINI, M. M. **Uma reflexão crítica sobre a extensão universitária da UNIFESP: uma análise teórico-metodológica a partir da experiência dos programas e projetos de extensão cadastrados na Pró-reitoria de Extensão entre 2009-2013.** In: Jornada de Extensión del Mercosur, V, 2016. Buenos Aires/Argentina, Anais. Disponível em: <http://extension.unicen.edu.ar/jem/completas/54.pdf>. Acesso em: 31 out. 2020.

BRASIL. LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm)>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA. (Ed.). **LANÇA ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.** 2015. Disponível em: <<http://sa.previdencia.gov.br/site/2015/08/AEPS-2015-FINAL.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2019.

BRASIL DE FATO. **Dupla tragédia: entre a pandemia e o neoliberalismo genocida de Bolsonaro.** 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/07/dupla-tragedia-entre-a-pandemia-e-o-neoliberalismo-genocida-de-bolsonaro>. Acesso em: 12 set. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível.** In: Folha de São Paulo , 14 de março de 1999.

CHAUÍ, M. **Contra a Violência,** 2011, Disponível em: <<http://portais.tjce.jus.br/esmec/wp-content/uploads/2011/06/contra-a-violenciamarilena-chaui.doc>>. Acesso em: 12 ago. 2020

EXAME. **Governo não faz repasses a programa de combate à violência contra a mulher.** 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/governo-nao-faz-repasses-a-programa-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 12 set. 2020.

FLORES, Mariana; MATTOS, Vivian. O último a sair apaga a luz? **Universidade e Sociedade:** Contribuições à luta pela universidade pública, Brasília, v. 65, n. , p. 09-23, fev. 2020. Semestral. Disponível em: [https://www.andes.org.br/img/midias/e6044942a65bd14f8e145ac61c2db303\\_1581944312.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/e6044942a65bd14f8e145ac61c2db303_1581944312.pdf). Acesso em: 07 nov. 2020.

---

<sup>10</sup> É importante explicar que escrever um Trabalho de Conclusão de Curso em isolamento social impôs acesso a literatura majoritariamente virtual.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 1999. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em 09/10/2019.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, [S.L.], v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 1 abr. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2015v33n3p1229>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019a. Nota: Domicílios particulares permanentes**. Disponível em < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf) >. Acesso em 12 set. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019b. Notas: 1. Rendimento habitualmente recebido, a preços médios de 2019.2. Rendimento captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade** Disponível em < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf) >. Acesso em 12 set. 2020.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais proext/mec. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 187-212, abr. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183301008>.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.). **Atlas da violência 2019**. Brasil: Ipea e Fbsp, 2019. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2019.

LIMA, Kátia Regina de Souza. A educação superior no plano nacional de educação 2011-2020. **Perspectiva**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 625-656, 3 dez. 2012. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2012v30n2p625>.

MACHADO, Verônica Moreno. **Algumas Reflexões Sobre as Concepções de Extensão Universitária**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000035, 14/08/2013. Disponível em: <https://semanaacademica.com.br/artigo/algumas-reflexoes-sobre-concepcoes-de-extensao-universitaria>. Acesso em: 19 out. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 set. 2020.

MIYASHIRO, Célia Adriana. **DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A SUPERVISÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL.** 2019. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/199521/C%c3%a9lia%20Adriana%c2%a0Miyashiro.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 04 out. 2020.

MOREIRA, Maria Regina de Avila; LUCIANO, Christiane dos Santos; AMARAL, Cynthia Ribeiro Luiza do; ZANGHELINI, Débora; OLIVEIRA, Ingrid de Cássia Souza de; OLIVIO, Maria Cecilia. Projeto de extensão Faladeiras. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, [S.L.], v. 17, n. 36, p. 175-186, 21 ago. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1807-0221.2020v17n36p175>.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Direitos Humanos das Mulheres.** 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/08/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **Violência contra a mulher e a violência doméstica** IN, BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra (org) *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas/ Editora 34, 2002.

SILVA, Telma Gurgel da. **MARXISMO, FEMINISMO E LUTA DE CLASSE. Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, [S.L.], v. 12, n. 22, p. 337-349, 19 dez. 2018. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v12e222018337-349>.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis Silva; FARGONI, Everton Henrique Eleutério. **FUTURE-SE: o ultimato na universidade estatal brasileira. Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 41, p. 01-17, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es.239000>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302020000100801&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100801&tlng=pt). Acesso em: 13 nov. 2020.

SUDRÉ, Lu; COCOLO, Ana Cristina. **Brasil é o 5º país que mais mata mulheres: A prática da violência, especialmente no ambiente doméstico, deixa dolorosas cicatrizes emocionais e pode levar à morte. Unifesp Entreteses**, Sao Paulo, v. 1, n. 63, p.32-35, nov. 2016. Disponível em: <[http://www.unifesp.br/images/DCI/revistas/Entreteses/EntreTeses\\_07\\_2016.pdf](http://www.unifesp.br/images/DCI/revistas/Entreteses/EntreTeses_07_2016.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2019.

VILLELA, Wilza Vieira; VIANNA, Lucila A. Carneiro; LIMA, Lia Fernanda Pereira; SALA, Danila C. Paquier; VIEIRA, Thais Fernanda; VIEIRA, Mariana Lima; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem**

violência. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 113-123, mar. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902011000100014>. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-12902011000100014&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-12902011000100014&script=sci_arttext)>. Acesso em: 29 nov. 2020.